

CPI da Caixinha dos Ônibus provoca disputa na Alerj

Deputados discutem os cargos na comissão em meio aos rumores sobre a existência de uma bancada da Fetranspor

Editoria de Arte

Angelina Nunes

A votação da CPI da Caixinha dos Ônibus, marcada para a próxima quarta-feira, abriu uma disputa acirrada nos bastidores da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Líderes de bancadas se reúnem amanhã para buscar um consenso na composição da comissão. Além de investigar as denúncias de tráfico de influência das empresas de ônibus na Alerj e da tentativa de suborno ao governador Anthony Garotinho, o que mais provoca polêmica na Casa é a investigação da chamada Bancada da Fetranspor (Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Rio de Janeiro). Por isso, o que está em disputa agora são os cargos de presidente e relator, que norteiam os trabalhos da CPI.

Em discurso no plenário, o deputado Hélio Luz (PT) disse que, durante uma reunião no Palácio Guanabara, os nomes dos deputados peemedebistas Sérgio Cabral Filho e Jorge Picciani foram citados como integrantes dessa bancada.

Deputado nega defender interesses de empresários

Autor de uma das emendas que reduziram em 90% a base de cálculo para cobrança de ICMS sobre o transporte intermunicipal feito pelas empresas de ônibus, o deputado Jorge Picciani (PMDB), primeiro-secretário da Alerj, nega que defenda os interesses da Fetranspor:

— Nunca participei sequer da Comissão de Transportes da Assembleia e, se formos fazer um levantamento, ficará claro que, em 95% das votações que beneficiavam empresas de ônibus, o meu voto foi contrário — declarou.

O deputado justifica sua emenda como uma estratégia — vitoriosa — para viabilizar a cobrança do ICMS:

— Antes disso, eu já apresentara emendas tentando cobrar o ICMS pelo faturamento das empresas, que é o correto, mas sempre fui derrotado. Minha emenda, exatamente por ter mudado a base de cálculo, forçou as empresas e o Governo a chegarem a um acordo que viabilizasse a cobrança do imposto.

Presidente da Alerj, o deputado Sérgio Cabral Filho também rebate as críticas.

— Aqui não tem “caixinha”. Se o lobby existe não é responsabilidade minha. Nunca ouvi falar de “caixinha”. Se alguém me disser o nome do deputado que recebe dinheiro, eu vou investigar — afirmou Cabral Filho, dizendo que a CPI vai investigar também se há tráfico de influência desses empresários no Executivo.

Alerj contra-ataca votando redução de tarifa para interior

Em respostas às denúncias do governador sobre tráfico de influência na Alerj, Cabral Filho já anunciou a votação do projeto de lei do deputado Paulo Melo, líder do PSDB, que estende a redução de 15% nas tarifas de ônibus para cerca de 500 linhas do interior do estado. O líder da bancada do PDT, Paulo Ramos, diz que a votação do projeto mostra a queda-de-braço do Legislativo com o Executivo e que a convivência entre os partidos ficará difícil:

— É incrível a velocidade com que esse projeto entrou na pauta. Essa queda-de-braço sugere que existem interesses não confessados na Alerj. Não me parece ser apenas uma divergência política.

O líder do PDT confirmou que os deputados Cabral Filho e Jorge Picciani estiveram com o gover-

nador Garotinho para tentar nomear o presidente do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro). Pouco depois, no fim de março, pleitearam a Secretaria de Transportes numa reunião em que Garotinho teria expulsado os peemedebistas da sala.

A difícil convivência entre o PDT e o PMDB ficará mais acentuada na composição da CPI da Caixinha dos Ônibus. Existem dois requerimentos com o mesmo pedido. Cabral Filho já anunciou a prioridade do requerimento do deputado Luiz Guilherme Godinho Sivuca (PPB), que foi o primeiro a ser apresentado. Existe um outro requerimento assinado em conjunto por Eider Dantas (PFL), Paulo Ramos (PDT) e Chico Alencar (PT).

— O que está em jogo não é a vaidade da autoria da CPI. O autor é presidente e indica mais um integrante e o relator. É preciso que a CPI seja criada para investigar e não sepultar as responsabilidades na Assembleia. Defendemos um equilíbrio de forças políticas. Os murmúrios das vozes dos corredores aumentam a cada dia — disse Paulo Ramos.

Nos corredores da Alerj, denúncias de suborno

Saindo do papel, a CPI da Caixinha deverá mergulhar em denúncias que há anos circulam pelos corredores da Alerj e que, pela primeira vez, têm a reação do Executivo. Nos bastidores, deputados e assessores chegam até a citar nomes de colegas, mas não apresentam provas e só falam sobre a chamada Bancada da Fetranspor em conversas reservadas. A escala da propina que empresários dariam a parlamentares, de acordo com as denúncias, oscilaria de R\$ 2.500 a R\$ 30 mil.

— Não há um servidor ou deputado que não tenha ouvido falar nisso. Não podemos dar as costas para esses murmúrios. Vamos apurar. Vamos ver os bens de cada um. Vamos ver como o patrimônio cresceu — disse em discurso, na tarde de quinta-feira, o deputado Paulo Ramos.

Segundo o parlamentar, há um grupo político que está sempre muito ligado às questões exclusivas da área de transporte.

— Se a Alerj tiver que cortar na própria carne, deverá fazê-lo — disse em alto e bom som da tribuna o deputado pedetista.

Deputados defendem quebra de sigilo bancário

Na tarde do dia seguinte, Paulo Ramos voltou a falar no assunto:

— O que ouço é que se trata de um volume de dinheiro tão grande que me recuso a acreditar que algum parlamentar se beneficie disso. Mas os murmúrios são fortes. Para os amantes do direito, é notório que é difícil provar isso. Não podemos aceitar a difamação. Mas precisamos investigar — disse o deputado, que é favorável à quebra de sigilo bancário e fiscal dos envolvidos.

As denúncias do volume da “caixinha” também provocaram o surgimento de um documento do deputado Chico Alencar (PT), que propõe um choque de transparência. Em outras palavras: autorizar quebra de sigilo bancário, publicar em Diário Oficial declaração de rendimentos e bens. Até agora, dos 70 deputados, apenas 18 assinaram o compromisso. ■

COLABOROU Regina Eleutério

• OS BASTIDORES DA CPI DOS BANCOS, na página 29

PREÇOS DE ÔNIBUS DO INTERIOR TAMBÉM PODEM BAIXAR na página 20

DA DENÚNCIA ÀS INVESTIGAÇÕES

31 DE MARÇO

Anthony Garotinho, segundo relatos do governador a vários interlocutores, recebeu os deputados peemedebistas **Sérgio Cabral Filho** e **Jorge Picciani**, que foram pleitear a Secretaria de Transportes para o partido. A conversa teria acabado com uma áspera discussão e com o governador expulsando os dois de seu gabinete.

18 DE ABRIL

Garotinho denuncia, em entrevista à jornalista Marília Gabriela (SBT), ter sido alvo de uma tentativa de suborno logo depois de determinar a redução de 15% nos preços das passagens de 588 linhas intermunicipais de ônibus.

19 DE ABRIL

No dia seguinte, o deputado **Chico Alencar** (PT) anuncia que iria reunir a bancada para discutir uma forma de apurar as denúncias do governador. Na terça-feira, todas as bancadas da Assembleia decidem apoiar a abertura de uma CPI para investigar o caso.

21 DE ABRIL

Garotinho se antecipa à convocação da Assembleia e revela que a pessoa que lhe telefonara oferecendo dinheiro para esquecer o caso da redução das passagens de ônibus se identificara como Coelho e usara um telefone vermelho da Assembleia. As suspeitas recaem sobre o procurador aposentado da Alerj **José Carlos Torres Coelho**, que nega envolvimento no caso.

22 DE ABRIL

Com base nas denúncias do governador, o procurador-geral de Justiça do Estado, **José Muiños Piñeiro Filho**, anuncia que investigará o caso, enviando ofício ao governador para que identifique o autor da tentativa de suborno. O procurador decide também ouvir os deputados Sérgio Cabral Filho; o líder do PDT, **Paulo Ramos**; o líder do PSDB, Paulo Melo; a líder do Governo, Graça Mattos, e o deputado Noel de Carvalho

22 DE ABRIL

O advogado **Nilo Batista**, contratado por José Carlos Coelho, admite que seu cliente presta assessoria a empresários de ônibus mas nega que ele tenha ligado para o gabinete do governador. Por ordem de Garotinho, técnicos do Departamento de Telecomunicações do Estado (Detel) fazem uma vistoria no sistema de telefone vermelho da Alerj. Sérgio Cabral anuncia que devolverá seus telefones vermelhos

